

estudos e pesquisas

Nº 67 – Julho de 2013

Balanço dos Pisos Salariais Negociados em 2012

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Balanço dos pisos salariais negociados em 2012

Em prosseguimento à série de estudos sobre a negociação dos pisos salariais no Brasil, o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE, apresenta o balanço dos pisos salariais de 2012.

Foram analisados os pisos salariais registrados nos acordos e convenções coletivas de 696 unidades de negociação de todo o território nacional, contemplando os trabalhadores da esfera privada e de empresas estatais nos setores da Indústria, Comércio, Serviços e Rural.

Em 2012, cerca de 98% das unidades de negociação analisadas conferiram aumento real aos pisos salariais, segundo comparação com o INPC-IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o que confirma o bom resultado das negociações coletivas já observado no Balanço dos Reajustes Salariais de 2012, publicado em março passado.

Quanto aos valores observados, quase 7% dos pisos tinham valor igual a R\$ 622,00 – o mesmo do Salário Mínimo vigente em 2012 –, 25% tinham valor de até R\$ 664,50 e metade, até R\$ 729,70. O valor médio dos pisos analisados foi de R\$ 802,89.

A seguir, serão apresentados os principais resultados do estudo.

Critérios de diferenciação dos pisos salariais

Em relação a 2011, houve poucas mudanças na forma como as unidades de negociação definem os pisos salariais. Tanto em 2011 como em 2012, em torno de 29% das unidades de negociação definiram valores únicos para o piso salarial, e 71% definiram valores diferenciados.

Os critérios de diferenciação mais frequentes foram: a) por função, observado no patamar de 47% das unidades de negociação em 2011 e 2012; b) tempo de serviço, presente em aproximadamente 19% das unidades de negociação nos dois anos; e c) dimensão da empresa, presente em cerca de 11% das unidades de negociação nos dois anos.

TABELA 1
Critérios para a definição de pisos salariais em cada unidade de negociação
Brasil, 2011-2012

Critérios	2011		2012	
	nº	%	nº	%
Valor único	203	29,2	202	29,0
Valores diferenciados⁽¹⁾	493	70,8	494	71,0
<i>por função</i>	330	47,4	332	47,7
<i>por tempo de serviço</i>	135	19,4	130	18,7
<i>por dimensão da empresa</i>	75	10,8	75	10,8
<i>por vigência</i>	39	5,6	47	6,8
<i>por localidade da empresa</i>	26	3,7	27	3,9
<i>por duração da jornada</i>	17	2,4	16	2,3
<i>outros critérios</i>	36	5,2	41	5,9
Total	696	100,0	696	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) A soma dos subitens ultrapassa o total, pois um mesmo piso pode ser definido por mais de um critério

Nas próximas sessões serão analisados somente os menores pisos salariais estabelecidos para atividade-fim das empresas. Não serão examinados, portanto, os valores superiores ao menor piso da atividade-fim nas negociações que definem mais de um piso salarial, tampouco aqueles definidos para as atividades-meio.

Reajustes dos pisos salariais em 2012

Em 2012, quase todos os pisos analisados foram reajustados em valores acima da variação do INPC-IBGE. Apenas 17 unidades de negociação, cerca de 2% do painel estudado, apresentaram reajustes em valor igual ou abaixo desse índice.

O percentual de negociações com aumento real na Indústria, Comércio e Serviços foi igualmente elevado. No setor Rural, todas as unidades de negociação conquistaram aumento real.

Embora não seja possível destacar um valor em torno do qual se concentraram os aumentos reais dos pisos – ao contrário do que é frequente observar na análise dos aumentos reais dos demais salários – nota-se uma maior incidência nas faixas de ganhos entre 8,01% e 9% e de 2,01% a 3% acima do INPC-IBGE. No primeiro caso, destaca-se o fato de ser a faixa de ganho real que reúne a maior parte das unidades de negociação que obtiveram reajustes iguais ou próximos ao incorporado ao Salário Mínimo em 2012. No setor Rural, por exemplo, onde são observados os menores pisos salariais do estudo e, portanto, onde a valorização do salário mínimo deve ter exercido maior influência, 25% das unidades de negociação analisadas apresentaram ganhos reais dentro dessa faixa.

Com relação aos reajustes abaixo da inflação, mais da metade apresentou percentuais muito próximos ao da variação do INPC-IBGE.

TABELA 2
Distribuição dos reajustes dos pisos salariais, em comparação
com o INPC-IBGE, total e por setor econômico
Brasil, 2012

Variação	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total	(em %)
Acima do INPC-IBGE	97,4	97,4	97,5	100,0	97,6	
Mais de 10% acima	6,9	6,0	9,6	3,1	7,3	
De 9,01% a 10% acima	6,9	4,3	7,6	15,6	7,0	
De 8,01% a 9% acima	11,7	18,8	14,6	25,0	14,4	
De 7,01% a 8% acima	5,2	11,1	7,1	3,1	6,6	
De 6,01% a 7% acima	7,7	5,1	6,1	6,3	6,8	
De 5,01% a 6% acima	7,7	9,4	7,1	12,5	8,0	
De 4,01% a 5% acima	11,7	11,1	10,6	15,6	11,5	
De 3,01% a 4% acima	9,5	6,8	6,6	3,1	7,9	
De 2,01% a 3% acima	15,2	15,4	9,1	15,6	13,5	
De 1,01% a 2% acima	12,0	8,5	9,1	0,0	10,1	
De 0,01% a 1% acima	2,9	0,9	10,1	0,0	4,5	
Igual ao INPC-IBGE	1,1	0,0	0,5	0,0	0,7	
De 0,01% a 1% abaixo	0,6	1,7	2,0	0,0	1,1	
De 1,01% a 2% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 2,01% a 3% abaixo	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1	
De 3,01% a 4% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 4,01% a 5% abaixo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
De 5,01% a 6% abaixo	0,6	0,9	0,0	0,0	0,4	
Abaixo do INPC-IBGE	1,4	2,6	2,0	0,0	1,7	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2011 e 2012 em cada uma das 696 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 198 dos serviços e 32 do setor rural

A Tabela 3 permite visualizar melhor a dispersão das variações reais dos pisos em 2012. O maior aumento real foi de 31,21%, observado em uma unidade de negociação dos Serviços; a menor variação foi registrada no setor do Comércio, resultando numa perda real de 6,00%. Cerca de 25% das unidades de negociação conquistaram aumentos reais de até 2,52%, metade de até 5,04% e 75% de até 8,22%. O ganho real médio foi de 5,62%.

Na comparação entre os setores econômicos, nota-se que os aumentos reais nos pisos do setor Rural foram, no geral, maiores que os dos demais setores.

TABELA 3
**Aumentos e perdas dos pisos salariais, segundo comparação com o INPC-IBGE,
total e por setor econômico**
Brasil, 2012

Aumento Real	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total	(em %)
Maior ⁽¹⁾	22,67	14,56	31,21	15,18	31,21	
3º Quartil	8,05	8,21	8,54	8,45	8,22	
Mediana	4,74	5,46	5,22	6,48	5,04	
1º Quartil	2,48	2,86	2,39	4,27	2,52	
Menor	-5,29	-6,00	-0,60	2,02	-6,00	
Médio	5,31	5,63	6,01	6,54	5,62	

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: a) Para o cálculo dos reajustes dos pisos salariais, foram comparados os valores do menor piso definido para a atividade-fim em 2011 e 2012 em cada uma das 696 unidades de negociação analisadas

b) Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 198 dos serviços e 32 do setor rural

c) Valores negativos equivalem a perdas reais

Valores dos pisos salariais em 2012

Em 2012, cerca de 7% dos pisos salariais analisados tinham valor igual a R\$ 622,00 – o equivalente a um Salário Mínimo nacional. Em 2011, considerando as mesmas 696 unidades de negociação, o percentual era ligeiramente menor: aproximadamente 6%.

Pouco mais de 20% dos pisos de 2012 tinham valor nominal de até R\$ 650,00; e 40%, de até R\$ 700,00. Pisos superiores a R\$ 1.000,00 foram observados em aproximadamente 11% das unidades de negociação.

TABELA 4
Distribuição dos pisos salariais, por faixas de valor nominal
Brasil, 2012

Piso Salarial	nº	%	% acum.
R\$ 622,00	45	6,5	6,5
De 622,01 a R\$ 650,00	95	13,6	20,1
De R\$ 650,01 a R\$ 700,00	136	19,5	39,7
De R\$ 700,01 a R\$ 750,00	123	17,7	57,3
De R\$ 750,01 a R\$ 800,00	80	11,5	68,8
De R\$ 800,01 a R\$ 850,00	58	8,3	77,2
De R\$ 850,01 a R\$ 900,00	40	5,7	82,9
De R\$ 900,01 a R\$ 950,00	20	2,9	85,8
De R\$ 950,01 a R\$ 1.000,00	22	3,2	88,9
De R\$ 1.000,01 a R\$ 1.100,00	29	4,2	93,1
De R\$ 1.100,01 a R\$ 1.200,00	14	2,0	95,1
Acima de R\$ 1.200,00	34	4,9	100,0
Total	696	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

O valor médio dos pisos salariais analisados em 2012 foi de R\$ 802,89, com

concentração entre os valores de R\$ 664,50 (primeiro quartil) e R\$ 844,83 (terceiro quartil). Na comparação entre os setores econômicos, os pisos salariais definidos na Indústria e nos Serviços foram, no geral, maiores do que os negociados no Comércio e no setor Rural.

TABELA 5
Dados estatísticos sobre os pisos salariais,
total e por setor econômico
Brasil, 2012

Piso Salarial	Indústria	Comércio	Serviços	Rural	Total
Maior ⁽¹⁾	R\$ 1.856,23	R\$ 1.371,25	R\$ 3.150,00	R\$ 1.200,00	R\$ 3.150,00
3º Quartil	R\$ 888,80	R\$ 760,00	R\$ 846,85	R\$ 715,75	R\$ 844,83
Mediana	R\$ 750,00	R\$ 685,00	R\$ 738,50	R\$ 686,00	R\$ 729,79
1º Quartil	R\$ 681,00	R\$ 637,00	R\$ 659,04	R\$ 649,38	R\$ 664,50
Menor	R\$ 622,00	R\$ 622,00	R\$ 622,00	R\$ 631,00	R\$ 622,00
Médio	R\$ 811,92	R\$ 732,66	R\$ 844,72	R\$ 702,31	R\$ 802,89

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: Foram considerados os pisos salariais de 349 unidades de negociação da indústria, 117 do comércio, 198 dos serviços e 32 do setor rural

A Tabela 6 apresenta os valores dos maiores e menores pisos salariais definidos em determinadas atividades econômicas, e os seus valores medianos. Para quase todas as atividades, o menor piso salarial observado tinha valor equivalente ao do Salário Mínimo: R\$ 622,00.

Os maiores pisos salariais foram observados na Indústria Metalúrgica e Urbana, no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, e nos Serviços de Saúde Privada, Comunicações, Transportes e Bancos e Seguros Privados. As diferenças mais significativas entre o maior e o menor piso no interior de uma mesma atividade econômica localizaram-se na Indústria Metalúrgica, em Comunicações e, principalmente, na Saúde Privada.

As menores diferenças entre o maior e o menor piso ocorreram, na Indústria, para os segmentos do Vestuário e da Fiação e Tecelagem; no Comércio, no comércio Varejista e Atacadista; e nos Serviços, no segmento do Turismo e Hospitalidade e da Educação Privada.

TABELA 6
**Maior e menor piso salarial e piso salarial mediano,
total e por setor e atividade econômica**
Brasil, 2012

Setor / Atividade Econômica	Maior ⁽¹⁾	Mediana	Menor	Maior / Menor	Nº de pisos
Indústria	R\$ 1.856,23	R\$ 750,00	R\$ 622,00	2,98	349
Alimentação	R\$ 1.165,00	R\$ 800,00	R\$ 622,00	1,87	56
Construção e Mobiliário	R\$ 1.280,00	R\$ 734,00	R\$ 622,00	2,06	79
Gráfica	R\$ 1.060,68	R\$ 758,16	R\$ 622,00	1,71	13
Metalúrgica	R\$ 1.856,23	R\$ 803,00	R\$ 622,00	2,98	71
Papel, Papelão e Cortiça	R\$ 1.181,40	R\$ 900,00	R\$ 650,00	1,82	15
Química e Farmacêutica	R\$ 1.100,00	R\$ 781,30	R\$ 637,00	1,73	26
Fiação e Tecelagem	R\$ 881,00	R\$ 691,00	R\$ 622,00	1,42	16
Urbana	R\$ 1.441,36	R\$ 907,68	R\$ 622,00	2,32	19
Vestuário	R\$ 751,50	R\$ 671,00	R\$ 622,00	1,21	38
Comércio	R\$ 1.371,25	R\$ 685,00	R\$ 622,00	2,20	117
Varejista e Atacadista	R\$ 868,00	R\$ 681,00	R\$ 622,00	1,40	95
Minérios e Deriv. de Petróleo	R\$ 1.371,25	R\$ 689,00	R\$ 622,00	2,20	18
Serviços	R\$ 3.150,00	R\$ 738,50	R\$ 622,00	5,06	198
Bancos e Seguros Privados	R\$ 1.385,55	R\$ 1.070,00	R\$ 657,00	2,11	10
Comunicações, Publ. e Jornal.	R\$ 2.455,00	R\$ 780,50	R\$ 622,00	3,95	30
Educação Privada	R\$ 932,92	R\$ 729,00	R\$ 648,00	1,44	11
Segurança e Vigilância	R\$ 1.136,54	R\$ 755,00	R\$ 622,00	1,83	14
Serviços de Saúde Privada	R\$ 3.150,00	R\$ 744,00	R\$ 622,00	5,06	19
Transportes	R\$ 1.541,73	R\$ 812,65	R\$ 622,00	2,48	34
Turismo e Hospitalidade	R\$ 885,23	R\$ 690,00	R\$ 625,00	1,42	55
Total	R\$ 3.150,00	R\$ 729,79	R\$ 622,00	5,60	696

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: a) São apresentadas apenas as atividades econômicas com 10 ou mais unidades de negociação registradas no painel

b) Por não ser desagregado por atividade econômica, o setor Rural não é apresentado nesta tabela

c) Nos totais por setor e total geral da tabela são considerados todos os pisos salariais correspondentes, o que inclui os pisos das atividades econômicas não apresentadas na tabela

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

Na comparação entre os valores dos pisos por regiões geográficas, observa-se que as regiões Sudeste e Sul são as que apresentam os maiores pisos salariais, e a região Norte, os menores.

TABELA 7
**Dados estatísticos sobre os pisos salariais,
por região geográfica**
Brasil, 2012

Piso Salarial	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Maior ⁽¹⁾	R\$ 838,87	R\$ 2.728,00	R\$ 1.750,00	R\$ 3.150,00	R\$ 1.856,23
3º Quartil	R\$ 717,22	R\$ 701,95	R\$ 760,00	R\$ 938,32	R\$ 850,00
Mediana	R\$ 670,00	R\$ 652,25	R\$ 711,48	R\$ 750,00	R\$ 769,00
1º Quartil	R\$ 644,00	R\$ 633,16	R\$ 637,00	R\$ 690,00	R\$ 717,20
Menor	R\$ 622,00	R\$ 622,00	R\$ 622,00	R\$ 622,00	R\$ 622,00
Médio	R\$ 690,29	R\$ 713,36	R\$ 760,04	R\$ 857,27	R\$ 809,32

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Notas: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: a) No painel analisado, 40 pisos salariais foram acordados por unidades de negociação da região Norte; 130, da região Nordeste; 45, da região Centro-Oeste; 285, da região Sudeste; 194, da região Sul

b) Devido ao baixo número de unidades de negociação com abrangência nacional (2), estas não foram consideradas na tabela

Pisos salariais e formação escolar

No painel analisado, 17 pisos salariais eram de funções que exigiam formação universitária, e 679, de funções que não a exigiam.

No geral, os pisos definidos para funções com exigência de formação universitária são superiores àqueles relativos a funções sem essa exigência: o valor médio dos pisos do primeiro grupo é 115% superior à média dos pisos do segundo grupo. Considerando o valor mediano dos pisos nos dois grupos, a diferença sobe para 144%. Contudo, comparando-se os valores dos menores pisos salariais das funções com e sem exigência de nível universitário, nota-se que a diferença não chega a 10%.

TABELA 8
**Dados estatísticos sobre os pisos salariais acordados para funções
com e sem exigência de nível universitário**
Brasil, 2012

Piso Salarial	Nível universitário (A)	Nível não universitário (B)	Razão A/B
Maior ⁽¹⁾	R\$ 3.150,00	R\$ 1.856,23	1,70
3º quartil	R\$ 2.000,00	R\$ 833,47	2,40
Mediana	R\$ 1.775,61	R\$ 726,23	2,44
1º quartil	R\$ 932,92	R\$ 662,62	1,41
Menor	R\$ 680,80	R\$ 622,00	1,09
Médio	R\$ 1.679,49	R\$ 780,94	2,15

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Valor mais elevado do conjunto formado pelos pisos únicos e pelos menores pisos salariais acordados para a atividade-fim nos documentos com mais de um piso salarial

Obs.: No painel analisado, 679 pisos salariais se referiam a funções sem exigência de nível universitário e 17 a funções que o exigiam

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2012, o Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE apresentou variação entre R\$ 2.295,58, registrado em março, e R\$ 2.617,33, observado em outubro, apresentando um valor médio anual de R\$ 2.463,80.

Na comparação com o valor do Salário Mínimo, o Salário Mínimo Necessário variou entre 3,69 e 4,21 vezes o seu valor, resultando em uma média anual de 3,96 salários mínimos.

Em 2012, apenas duas unidades de negociação definiram pisos salariais superiores ao valor médio anual do Salário Mínimo Necessário.

TABELA 9
Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário
Brasil, 2012

Data-Base	Salário Mínimo	Salário Mínimo Necessário	
		Em R\$	Em Salário Mínimo
Janeiro	R\$ 622,00	R\$ 2.398,82	3,86
Fevereiro	R\$ 622,00	R\$ 2.323,21	3,74
Março	R\$ 622,00	R\$ 2.295,58	3,69
Abril	R\$ 622,00	R\$ 2.329,35	3,74
Maio	R\$ 622,00	R\$ 2.383,28	3,83
Junho	R\$ 622,00	R\$ 2.416,38	3,88
Julho	R\$ 622,00	R\$ 2.519,91	4,05
Agosto	R\$ 622,00	R\$ 2.589,78	4,16
Setembro	R\$ 622,00	R\$ 2.616,41	4,21
Outubro	R\$ 622,00	R\$ 2.617,33	4,21
Novembro	R\$ 622,00	R\$ 2.514,09	4,04
Dezembro	R\$ 622,00	R\$ 2.561,47	4,12
Média anual	R\$ 622,00	R\$ 2.463,80	3,96

Fonte: DIEESE

Considerações finais

Em consonância com os resultados das negociações dos reajustes salariais de 2012, as negociações dos pisos salariais do ano passado também lograram conquistar, para quase todas as categorias analisadas, aumentos reais para os salários de ingresso dos trabalhadores.

O resultado é positivo não apenas pelo elevado percentual de negociação com aumento real nos pisos salariais, mas também pela magnitude desse ganho. Em 2012, o aumento real médio dos pisos salariais foi de 5,62% acima da inflação medida pelo INPC-IBGE. A título de comparação, no Balanço dos Reajustes Salariais de 2012 publicado em

março último, a média do aumento real dos salários foi de 1,96% acima do INPC-IBGE.

O bom desempenho das negociações dos pisos é observado em todos os setores econômicos, com ligeiras variações. Os setores da Indústria, Comércio e Serviços apresentaram percentuais semelhantes de unidades de negociação com aumento real nos pisos, e no setor Rural, todas as negociações pesquisadas conquistaram aumento real para o piso.

Verificando-se, mais especificamente, os valores dos pisos salariais, observou-se que estes se concentraram nas faixas de valor menos elevadas. Cerca de um quarto dos pisos analisados no presente estudo tinha valor igual ou inferior a R\$ 664,50, o que corresponde a um valor 7% superior ao do Salário Mínimo, e metade valia até R\$ 729,79 – valor 17% superior ao do Salário Mínimo.

A elevação maior dos pisos salariais frente à dos demais salários – fenômeno que vem sendo captado nos últimos anos pelo DIEESE – pode, a médio e longo prazo, reduzir a dispersão salarial no interior das categorias, resultado que ainda precisa ser estudado. Por ora, cabe apenas afirmar que os pisos salariais têm se valorizado acima do patamar dos demais salários, e isso tem sido resultado tanto da intensa mobilização das diferentes categorias em torno da sua valorização, quanto da política de valorização do salário mínimo.

Nesse sentido, cabe ao movimento sindical lutar para a manutenção da política de valorização do Salário Mínimo, uma vez que esta tem sido uma forte aliada na luta para a elevação dos patamares mínimos de remuneração e, consequentemente, redução da desigualdade social.

Anexos

No presente estudo, foram analisados 696 pisos salariais registrados em contratos coletivos de diversas categorias profissionais brasileiras. Aproximadamente 89% dos pisos salariais foram coletados de convenções coletivas de trabalho, e 11% em acordos coletivos (Tabela 10).

TABELA 10
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por tipo de instrumento normativo
Brasil, 2012

Tipo de instrumento	nº	%
Acordo Coletivo	75	10,8
Convenção Coletiva	621	89,2
Total	696	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Obs.: Acordo coletivo é o nome dado ao contrato coletivo de trabalho assinado por entidades sindicais dos trabalhadores e empresas.

Convenção coletiva é o nome dado ao contrato coletivo assinado por entidades sindicais de trabalhadores e de empresas

Em 2012, cerca de 23% dos pisos salariais analisados referiam-se a negociações com data-base em maio, como pode ser observado na Tabela 11.

TABELA 11
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por data-base
Brasil, 2012

Data-base	nº	%
Janeiro	78	11,2
Fevereiro	22	3,2
Março	89	12,8
Abril	50	7,2
Maio	159	22,8
Junho	45	6,5
Julho	29	4,2
Agosto	25	3,6
Setembro	70	10,1
Outubro	53	7,6
Novembro	64	9,2
Dezembro	12	1,7
Total	696	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Cerca de metade dos pisos analisados pertencem a unidades de negociação do setor industrial, 28% aos serviços, 17% ao comércio e quase 5% ao setor rural. As atividades econômicas com maior número de pisos analisados foram: na indústria: construção e

mobiliário, metalurgia e alimentos; nos serviços: turismo e hospitalidade, transportes e comunicações; e no comércio: comércio varejista e atacadista (Tabela 12).

TABELA 12
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por setor e atividade econômica
Brasil, 2012

Setor / Atividade Econômica	nº	%
Indústria	349	50,1
Alimentação	56	8,0
Artefatos de Borracha	4	0,6
Artefatos de Couro	1	0,1
Cinematográfica	1	0,1
Construção e Mobiliário	79	11,4
Extrativista	6	0,9
Gráfica	13	1,9
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	0,1
Joalheria	1	0,1
Metalúrgica	71	10,2
Papel, Papelão e Cortiça	15	2,2
Química e Farmacêutica	26	3,7
Fiação e Tecelagem	16	2,3
Urbana	19	2,7
Vestuário	38	5,5
Vidros	2	0,3
Comércio	117	16,8
Varejista e Atacadista	95	13,6
Minérios e Deriv. de Petróleo	18	2,6
Propag. e Vend. Prod. Farmacêuticos	4	0,6
Serviços	198	28,4
Agentes Autônomos do Comércio	9	1,3
Bancos e Seguros Privados	10	1,4
Comunicações, Publ. e Jornal.	30	4,3
Difusão Cultural	6	0,9
Educação	11	1,6
Processamento de Dados	9	1,3
Profissionais Liberais	1	0,1
Segurança e Vigilância	14	2,0
Serviços de Saúde	19	2,7
Transportes	34	4,9
Turismo e Hospitalidade	55	7,9
Rural	32	4,6
Total	696	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Quanto à distribuição geográfica das unidades de negociação analisadas, a maior participação é a da região Sudeste, com cerca de 41% do total. Os estados com maior número de registros de pisos salariais foram: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas

Gerais, Rio de Janeiro e Santa Catarina (Tabela 13).

TABELA 13
Distribuição dos pisos salariais analisados,
por Região Geográfica e Unidade da Federação
Brasil, 2012

Região / Unidade da Federação	nº	%
Norte	40	5,7
Amazonas	18	2,6
Pará	16	2,3
Rondônia	5	0,7
Roraima	1	0,1
Nordeste	130	18,7
Alagoas	3	0,4
Bahia	41	5,9
Ceará	22	3,2
Maranhão	1	0,1
Paraíba	11	1,6
Pernambuco	23	3,3
Piauí	4	0,6
Rio Grande do Norte	15	2,2
Sergipe	10	1,4
Centro-Oeste	45	6,5
Distrito Federal	13	1,9
Goiás	21	3,0
Mato Grosso	5	0,7
Mato Grosso do Sul	6	0,9
Sudeste	285	40,9
Espírito Santo	11	1,6
Minas Gerais	65	9,3
Rio de Janeiro	61	8,8
São Paulo	148	21,3
Sul	194	27,9
Paraná	66	9,5
Rio Grande do Sul	75	10,8
Santa Catarina	53	7,6
Nacional⁽¹⁾	2	0,3
Total	696	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários

Nota: 1) Pisos salariais definidos em acordos ou convenções coletivas com abrangência nacional ou inter-regional

Notas Metodológicas

1. As informações analisadas neste estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no SAS-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Salários. Os documentos foram remetidos a este Departamento pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas estudadas e pelos escritórios regionais e subseções do próprio DIEESE.
2. Cada registro do painel corresponde a uma única unidade de negociação. Por unidade de negociação considera-se cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários e que resulta em um documento formalizado entre as partes.
3. Nos estudos realizados entre 2004 e 2008 foram considerados os pisos salariais referentes a um conjunto de unidades de negociação que em cada ano formava um painel diferente. A partir de 2009, o SAS-DIEESE passou a analisar informações dos pisos salariais de negociações pertencentes a um painel fixo, tendo por base as unidades de negociação analisadas em 2008, posteriormente ampliado. Atualmente, o painel conta com o registro das informações de 895 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural.
4. As diferenças nos números de negociações analisadas nos últimos três anos decorrem principalmente da ausência de informação sobre o resultado de algumas negociações pertencentes ao painel fixo de categorias quando da elaboração do estudo. Também decorre do fato de que algumas categorias não definem pisos salariais em seus acordos e convenções coletivas.
5. Na maioria das unidades de negociação que compõem o painel analisado foram fixados dois ou mais valores para os pisos salariais. Nestes casos, foram considerados para a análise somente o menor valor estabelecido para trabalhadores que desempenham a atividade-fim da empresa ou atividade econômica. Excluem-se da análise, portanto, os valores fixados para as atividades-meio, como os demais valores fixados para a atividade-fim.
6. Para a conversão do valor do piso salarial em múltiplos de salário mínimo considerou-se o valor do salário mínimo vigente na data-base da categoria.
7. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística. Assim, os valores aqui indicados têm valor indicativo e buscam captar tendências das negociações dos pisos salariais no país.
8. O foco único das análises aqui desenvolvidas é a negociação para definição de pisos salariais. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável.

9. Foram excluídos dessa análise os contratos assinados por entidades representativas de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações relacionadas a essas categorias, que contrastam com as características das negociações desenvolvidas nos demais setores econômicos.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: **Antônio de Sousa** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Secretária Executiva: **Zenaide Honório** APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Vice Presidente: **Alberto Soares da Silva** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
Diretor Executivo: **Edson Antônio dos Anjos** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo: **Josinaldo José de Barros** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretor Executivo: **José Carlos Souza** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
Diretor Executivo: **Luis Carlos de Oliveira** Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Diretora Executiva: **Mara Luzia Feltes** Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretora Executiva: **Maria das Graças de Oliveira** Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretora Executiva: **Marta Soares dos Santos** Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: **Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa** Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretor Executivo: **Roberto Alves da Silva** Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: **Ângelo Máximo de Oliveira Pinho** Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

Técnico responsável

Luis Augusto Ribeiro Costa

Revisão técnica e crítica

Airton Santos
Frederico Melo
José Silvestre Prado de Oliveira